

Cidadania, Comunicação e Literacia Mediática

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Índice

1	Introdução	1
2	A sociedade civil	1
3	Sociedade civil como sociedade de comunicação	2
4	Novos <i>media</i> e interactividade . .	4
5	Cidadania e literacia mediática . .	6
6	Bibliografia	8

1 Introdução

Num contexto de reflexão crítica acerca dos processos de criação de significados e de transmissão de cultura, o qual tem vindo a proliferar no vasto campo de estudos que se debruçam sobre as relações entre tecnologia, comunicação e sociedade é difícil ignorar a mudança qualitativa introduzida pelas novas tecnologias de comunicação. A abordagem desta mudança tem vindo a centrar-se de um modo particular no fenómeno da interactividade e suas particulares consequências no domínio, hoje tão discutido, das relações entre os novos *media* e cidadania. Este texto debruça-se, em primeiro lugar, sobre a necessidade de um conceito de sociedade civil que se traduza na redinamização da cidadania; em segundo lugar, preocupa-se com a dimensão simbólica e comunicacional deste conceito, chamando a atenção para o papel

que as novas tecnologias da comunicação desempenham na configuração desse modelo de sociedade civil. Finalmente, debruça-se sobre a literacia mediática como uma actividade que não se restringe à aprendizagem técnica mas que apela à necessidade de um maior dinamismo interpretativo nos processos de constituição de sentido.

2 A sociedade civil

A relação entre os *mass media* e a cidadania passam por uma figura ressuscitada na teoria política, a sociedade civil, a qual surge como um terreno típico das sociedades ocidentais ameaçado pelos mecanismos da lógica administrativa e económica e que se apresenta como o *locus* para a expansão potencial da democracia nos regimes liberal-democráticos efectivamente existentes. (cfr. Arato e Cohen, 1995, viii). A tentativa de definição desta instância é devedora da reflexão toqueviliana e dos esforços teóricos desenvolvidos por Gramsci, de certo modo por Habermas numa fase posterior à obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”¹ e, mais

¹Com efeito, os primeiros trabalhos de Habermas sobre o espaço público ainda apontam, em larga medida para a identificação entre sociedade civil e sociedade burguesa, teorizando a esfera pública de certo modo como ideologia que, todavia, não se limitava a

recentemente por Charles Taylor (1997, 263) e por Arato e Cohen no sentido de diluírem a tradicional identificação hegeliana e marxista entre a sociedade civil e a economia burguesa (cfr. Arato e Cohen, 1995, 220 e seguintes).

O que se defende hoje é um conceito de sociedade civil que se ofereça como uma esfera de interacção social localizada composta pela esfera íntima, pela esfera das associações voluntárias, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública. Isto implica distinguir a sociedade civil da sociedade política composta apenas pelos partidos, organizações e públicos políticos e de uma sociedade económica composta por organizações de produção e de distribuição. As sociedades económica e política emergem geralmente da sociedade civil, partilham algumas das suas formas de organização e de comunicação e institucionalizam-se através de direitos políticos e de propriedade contínuos aos direitos próprios da sociedade civil. Porém, os actores da sociedade económica e política estão directamente envolvidos com o poder estatal e com a produção económica, que pretendem controlar e gerir. Não podem subordinar os critérios estratégicos e instrumentais a padrões de integração normativa e de comunicação aberta característicos da sociedade civil.

A diferenciação da sociedade civil em relação à sociedade económica e à sociedade política não significa, todavia, a existência

ser ideologia porque continha uma promessa utópica de realização da universalidade. É nesta ambiguidade estruturante que deve ser compreendida a afirmação de Habermas, segundo a qual a sua análise pretende demonstrar a impossibilidade de conciliação dos imperativos económicos com o ideal de uma formação discursiva da vontade (cfr. Habermas, 1997, 15).

de uma oposição cortante daquela em relação a estas. As noções que aqui partilho de sociedade política e de sociedade económica incluem esferas mediadoras através das quais a sociedade civil pode ganhar influência sobre os processos político-administrativos e económicos. Existe um papel da sociedade civil que não está directamente relacionado com a conquista do poder nem com a gestão da economia mas com a geração de influência através da vida das associações democráticas e da discussão sem constrangimentos na esfera pública.

A diferenciação da sociedade política e da sociedade económica não implica também que a sociedade civil se refira a todos os fenómenos da sociedade que não estejam relacionados com o Estado e a Economia, mas apenas a modos de relação que incluam associação consciente e a comunicação organizada. A sociedade civil não se confunde com a totalidade do mundo da vida social. Refere-se às estruturas de socialização e associação que possuam um certo grau de institucionalização (cfr. Arato e Cohen, 1995: viii, ix e seguintes).

3 Sociedade civil como sociedade de comunicação

A sociedade civil que aqui se configura possui cada vez mais uma conotação simbólica: a ligação entre a experiência comunicacional e a experiência cívica ficou particularmente evidente com o advento da modernidade quando se evidenciou a questão da legitimidade, surgindo como elemento integrante do exercício da cidadania, uma instância crítica independente do Estado que aspira a transformar o poder e a transformá-lo. A socie-

dade civil está relacionada com um público político que lhe é contíguo e que se relaciona como instância mediadora com as sociedades política e económica competindo-lhe amplificar a pressão exercida pelos problemas, isto é, não apenas detectá-los e identificá-los mas também tematizá-los de modo convincente e influente, apresentando-os juntamente com soluções, de tal forma que sejam tomados em conta e resolvidos pelas instituições representativas (cfr. Habermas, 1996, 362). O cerne institucional desta instância é, pois, as associações voluntárias e as redes associativas não dependentes do estado e da economia, através das quais se ancoram as estruturas comunicativas da esfera pública na componente social do mundo da vida (cfr. *Ibidem*, 366).

A esfera pública, adstrita à sociedade civil, configura-se hoje, pela sua mediatização, como lugar de confronto entre a pluralidade de definições da realidade social. Por um lado, a construção social da realidade decorre de um modo em que os *media* adquirem um papel cada vez mais firme. Neste quadro, a actividade dos *media* pode ser entendida como tendo um “papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes” (Alcina, 1996, 18). Embora esse processo de construção social esteja profundamente relacionado com os constrangimentos, normas organizacionais e convenções narrativas de que dependem os conteúdos e a prática discursiva dos *media*, ele não decorre sem a participação activa da audiência, nas diversas interacções em que os indivíduos tomam parte na realidade da vida quotidiana, no decurso da qual se organizam como comunidade interpretativa.

Por outro lado, esse processo de constru-

ção da realidade social deixou de ser considerado como unilateral, unívoco e dirigista, estanque em relação às dinâmicas sociais em que se inserem os próprios *media*. A cultura dos meios de comunicação também é, hoje, um lugar de intensa luta entre os diferentes dinamismos sociais e, por conseguinte, teoriza-se melhor como um terreno de disputa, aberto às vicissitudes da história do que apenas como um campo de dominação” (Champagne, 2000:18). Nesta luta, os jornalistas e os *media* desempenham um papel estratégico. A impossibilidade de pensar a história como um curso unitário é, em larga medida, resultado da espectacular expansão dos *mass media*, os quais geram uma sociedade com diversas sub-culturas que tomam a palavra, gerando um pensamento fragmentário e arredo às interpretações unívocas e lineares (Vattimo, 1996, 78-79).

Se é verdade, assim, que a influência dos *media* na construção social da realidade é um dado incontornável, não é menos verdade que cada vez mais é obsoleto e irrealista opor os *media* aos agentes sociais, como se os primeiros ocupassem uma posição a-histórica, desligada das interacções concretas entre os homens. Pelo contrário, hoje abre-se a possibilidade de que os agentes sociais irem recorrendo aos próprios *media*, através de uma intervenção cada vez mais directa na descodificação, recepção activa e até na produção de mensagens. De acordo com esta perspectiva, apesar de todas as dúvidas e perplexidades, podermos encontrar, encontrarmo-nos seguramente, diante de novas transformações estruturais nas quais os *media* poderão desempenhar um papel estruturante acentuadamente reflexivo. Ao invés do que sucedeu na tradição marxista ortodoxa e, depois, de um modo peculiar na complexa tradição er-

guida em torno da Escola de Frankfurt, devemos analisar os *media* não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemónicos de pensamento ou estruturas de dominação oculta que viam o triunfo de uma unívoca e linear racionalidade instrumental (Adorno e Horkheimer, 1985) mas também como lugares de produção de estratégias que visam reformular o processo social. Sem deixar de reconhecer a persistente afirmação dos discursos dominantes nos *media*, temos de considerar que debates, polémicas e contradiscursos se manifestam nos conteúdos informativos, ainda que numa intensidade menor do que a desejada, mas em proporção bem maior do que a de décadas atrás. Os aparatos mediáticos não operam em *full time* para mascarar factos ou distorcê-los. Nem tudo o que se divulga está contaminado pelas injunções de uma malha ideológica rígida a ponto de defraudar a vida — afinal complexa e diversificada.

4 Novos *media* e interactividade

De acordo com este raciocínio, importa estar particularmente atento às possibilidades estratégicas que as novas tecnologias da comunicação evidenciam em termos de dinamização da sociedade civil. Acredito que estamos diante de uma significativa transformação do modelo de comunicação de massas graças ao uso dos computadores como meio de difusão de um novo tipo de mensagens. Através da observação do *World Wide Web*, pode-se verificar uma evolução importante do jornalismo *on-line* (também chamado por vezes de jornalismo electrónico ou, ainda, por webjornalismo) que passa por uma autonomia crescente em relação aos *media* tradicionais. A adição de *hiperlinks*, motores de pes-

quisa e a possibilidade de seleccionar notícias em função de interesses distintos e sistemas de relevância plurais, as possibilidades de navegação abertas pelo hipertexto; às alterações estéticas e narrativas induzidas por uma relação diferente entre a imagem e a escrita juntam-se as possibilidades políticas e éticas acrescentadas pela interactividade, designadamente no que respeita ao direito de resposta, à relação com as fontes e à investigação jornalística. No que toca aos efeitos dos *media*, a interactividade traz consequências seja no que diz respeito ao paradigma que analisa esses efeitos sob o ponto de vista da produção noticiosa (*newsmaking*) seja sob o ponto de vista do paradigma que analisa os efeitos pela fixação da agenda (*agenda setting*). Desde uma eventual menor dependência das fontes institucionais até uma maior intervenção dos públicos, através do prolongamento da discussão nos fóruns disponíveis abrem-se um conjunto de possibilidades que, eventualmente, poderão alterar rotinas e modos de tipificar próprios de cada *medium*. No que toca ao efeito de *agenda*, não é irrealista supor-se que a sua fixação seja objecto de uma luta no qual intervêm outros agentes para além daqueles a quem, tradicionalmente, compete a redacção e edição final. Em suma, os espaços de comunicação pública tornar-se-ão mais dinâmicos, não estando, de forma tão rígida como é tradicional na cultura de massas, sujeitos ao modo de agendamento e de tipificação que lhe são típicas.

Neste domínio, haverá que reconhecer que um dos mais importantes elementos da comunicação mediada por computador é a sua habilidade para permitir o diálogo de muitos com muitos e a sua capacidade para facilitar a comunicação entre grupos e indivíduos ge-

ogrficamente dispersos. Entre as múltiplas opções que surgem na Internet como alternativa aos meios de comunicação de massa o jornalismo *peer-to-peer* (entre nós, designado, muitas vezes como jornalismo cooperativo) e o *slashdot* oferecem-se como oportunidades de ultrapassar a relação rígida e piramidal que alegadamente tem sido a relação dos *media* de massa com os seus leitores. Situado entre a *webzine* e o fórum, o *Slashdot* surge como uma forma de difusão de informação na NET, onde são cobertas histórias e ensaios inseridos pelos leitores. A equipa do *slashdot* introduz as histórias que serão editadas no *site* e é aberto um fórum de discussão onde os leitores podem participar em tempo real debatendo tema em análise. Assim, a participação do público na construção da notícia, seja através da sugestão de temas de reportagem, ou de informações sobre determinado assunto que o público faz chegar aos jornalistas, é cada vez mais fácil e também mais frequente. Logo que a notícia é publicada, o leitor pode apresentar os seus comentários seja sobre o assunto alvo de notícia, ou o próprio trabalho dos jornalistas (cfr. Barbosa, 2001). O *Slashdot* <http://www.slashdot.org> e outras páginas similares como *Kuro5hin* <http://www.kuro5hin.org>, são hoje alguns exemplos que apesar das diferentes abordagens no que respeita ao controlo editorial, têm traços em comum. Qualquer pessoa pode escrever ou comentar um artigo sendo o *gatekeeping* exercido através de critérios em que são tidos em conta as taxas de leitura.

Este tipo de novas manifestações jornalísticas que já teve exemplos concretos em torno da globalização, da luta pelas liberdades cívicas em regimes ditatoriais, na internacionalização de movimentos sindicais

contra o trabalho infantil e no enfrentamento de multinacionais poderosas como sucedeu com a McDonalds (denunciada na NET através de um *site* colocado por dois agricultores que punham em causa os métodos e a higiene da cadeia de restauração americana) pode ser um elemento indutor e catalizador importante para dar origem a uma nova forma de jornalismo, ligado aos movimentos sociais, à democratização e à afirmação cívica das comunidades, que alguns chamam de jornalismo cívico, ou ainda de jornalismo público ou jornalismo comunitário.

Movimentos como os do *public journalism* poderão encontrar aqui uma nova arena para incentivar o desejo que os motiva de ligar os jornalistas às comunidades no interior das quais operam, colocando a contribuição dos cidadãos no centro das preocupações jornalísticas (Esterowick, Roberts e Clark, 2000, 151). Nesta perspectiva, o jornalismo *on-line*, sem ser a panaceia miraculosa que responde às numerosas decepções que o jornalismo de massas têm vindo a impor à democracia, pode contribuir para o eventual fortalecimento de um “jornalismo conversacional”, com o recurso a fontes não elitistas, e propondo um equilíbrio entre diálogo e deliberação, entre participação e deliberação. Poder-se-á deste modo, proceder de modo equilibrado a uma investigação acerca de quais são os temas que, efetivamente, fazem parte da agenda dos públicos, à comparação com a agenda dos políticos e à tentativa de estabelecimento de uma sintonia que leve as pessoas a afastarem-se mais do abstencionismo. Poderão obter-se elementos novos que ajudem a contribuir para a generalização da ideia de que o público deve tomar conhecimento das notícias de uma forma que promova a discussão e o

debate, rejeitando-se de forma enfática e categórica qualquer interpretação da objectividade jornalística que defenda o afastamento das redacções em relação aos assuntos da comunidade. Poder-se-á, enfim, experimentar as intuições presentemente existentes acerca da possibilidade e da efectiva necessidade de um modo de jornalismo que tenda a favorecer as “estórias” esquecidas, as fontes marginalizadas e o retorno à sociedade civil e às suas dinâmicas informais em prejuízo da informação pré-fabricada e seleccionada, concentrada nos mecanismos institucionais. Esta abordagem também implica a insistência em modelos de jornalismo predominantemente investigativos, que permitam retirar os jornalistas da dependência das instituições ocultas sob o manto diáfano das relações privilegiadas com as fontes.

Estas possibilidades não devem porém deixar de ser objecto de um alerta que passa por duas observações:

-em primeiro lugar a interactividade, a velocidade no acesso e na disseminação da informação, a introdução do hipertexto, a personalização podem originar crises de mediação onde a multiplicação generalizada de um universo de “turbonotícias” (cfr. Bastos, 2000, 60) pode conduzir a uma generalização da entropia, à crise da deliberação racional e à ausência de reflexividade paralisada pelo novo valor fetiche que constitui “a velocidade em tempo real” (Sylvia Moretzsohn, 2002). Neste caso, estaremos diante da possibilidade de uma implosão do sentido, resultante de uma avalanche de conteúdos que geram a precipitação profissional, a confusão entre informação e participação cívica (Merton e Lazarsfeld, 1987), a curtocircuitação da acção política através da emergência de formas de autismo *on-line* (Rheingold, 1993)

e a exponenciação de uma certa irrelevância eufórica.

Em segundo lugar, este risco só pode ser ultrapassado através de uma compreensão de que a interactividade não substitui a interacção e que a ideia de comunidade pressupõe sempre um enraizamento social que contribui para que a mediação prossiga à luz de valores e de critérios que poderão e deverão continuar a existir no plano do plano do próprio jornalismo *on-line*.

5 Cidadania e literacia mediática

Apesar de as novas condições de interactividade poderem facilitar a dimensão conversacional e comunitária do jornalismo, a verdade é que a sua concretização só será eventualmente possível, se houver uma formação e educação que permita aos praticantes terem sensibilidade e conhecimento para as relações entre a comunicação e as instituições democráticas. A educação para os *media* para ser compatível com a ideia de recepção activa e de participação cívica inerente ao conceito de sociedade civil como sociedade de comunicação deve incluir-se numa concepção de auto-educação pelo facto de implicar ousar a utilização da própria inteligência e da própria capacidade de adquirir conhecimento (Misgeld, 1987, 83). Evidentemente que, no que respeita à recepção, importa tornar as novas tecnologias acessíveis a todos, tornando claro que os indivíduos têm necessidade de desenvolver literacia computacional, em particular, e mediática em geral., evitando a difusão exponencial de um “informational gap” de consequências imprevisíveis. Porém, a educação só poderá ser verdadeiramente considerada como tal ,se o pensamento recusar a sua comodificação e

consequente transformação em pensamento automático (cfr. *Ibidem*). Ou seja, o receptor só passa a ser sujeito da informação quando dispõe de critérios próprios (Calvo, 1999, 327). É indispensável articular a questão dos *media* com uma reflexão de natureza hermenêutica e de natureza crítica que mobilize uma maior sensibilidade para os processos comunitários de constituição do sentido. Isto implica desafiar o público a exercer a influência que lhe corresponde, através do conhecimento e análise da linguagem dos *media*. Por isso, no que diz respeito à recepção, começam a organizar-se os movimentos de literacia mediática. Não é exagerado dizer que estes movimentos confrontam-nos com desafios e problemas dos mais delicados entre aqueles que, como educadores e cidadãos, teremos que enfrentar no século XXI. Trata-se no fundo de promover as competências que permitam aos estudantes e os cidadãos em geral tornarem-se mais sensíveis aos mecanismos sociais de representação tantas vezes ocultos na linguagem mediática. Influenciar o modo como se constrói a diferença e a hierarquia no interior dos discurso mediáticos implica saber como ele é construído, quais são os seus códigos e convenções e, em última instância, ser capaz de produzir artefactos mediáticos, de forma a usá-los como meios de expressão e de comunicação. Deste modo, o puro fascínio pelo *gadget* tecnológico tem que ser compensado com uma compreensão profunda de uma ideia de mediação que implica saber que a educação para os *media* é também uma educação que deve responder a estas questões: a quem servem os *media*? A que deuses se sacrificam?

Um pouco por toda a parte, ao lado do reconhecimento do poder dos *media*, surgem movimentos académicos e sociais tendendo

a dotar os agentes sociais de competências no sentido de acederem, avaliarem e produzirem mensagens mediáticas. A aquisição destas competências visa também transformar os receptores passivos de mensagens mediáticas em conhecedores habilitados das tecnologias relacionadas com os *media*, designadamente verificando a sua capacidade para influenciarem as audiências e introduzirem novos temas. Nesse sentido, começa-se a acreditar que “a nossa política e a nossa democracia não conseguirão alcançar maiores quotas de dignidade até que as instituições de ensino compreendam, não apenas que terão que explicar diversas coisas sobre os *media*, mas também que uma parte importante das suas disciplinas terão que versar sobre os *media*” (Morató, 1996, 28) Neste movimento, que se faz sentir um pouco por todo o lado, cada vez se enfatiza mais a necessidade de saber que tipo de conhecimento, atitudes e competências se tornaram essenciais para se ser cidadão na idade dos *media*. Também aqui se exigem reflexões adicionais: o processo de aprendizagem dos *media* se é feito a pensar na formação de espaços públicos e na descodificação exige uma intervenção pedagógica que não se limite ao conhecimento das técnicas, mas pelo contrário, passa por relacionar as competências adquiridas com o mundo da vida em que os *media* se inserem. Ou seja, qualquer intervenção pedagógica deste género deve ter em conta as conteúdos cognitivos, as crenças, as disposições afectivas e as necessidades existenciais que fazem falta a uma comunidade para ter uma consciência crítica da sua existência e das suas capacidades (Misgeld, 1987, 107). Todas as transformações que hoje se fazem sentir no seio dos *media* – ou sejam, a centralidade relativa que têm vindo a ganhar

nos mecanismos simbólicos da sociedade civil, a interpelação sobre os mecanismos de regulação que assegurem o pluralismo e a equidade, o desenvolvimento de uma reflexão acerca do modo como o próprio jornalismo pode influenciar positivamente a vida pública, o desenvolvimento de formas de literacia mediática que impliquem a referência constante a uma ideia de cidadania activa, a emergência de possibilidades tecnológicas que assegurem uma maior interactividade entre produtores e receptores – só tem sentido quando são encaradas como possibilidades de transformação das condições de deliberação colectiva no sentido do aprofundamento da cidadania enraizada numa verdadeira vivência comunitária

6 Bibliografia

- Adorno, Theodor e Horkheimer, Marx (1995), *Dialectic of enlightenment*, Londres, Verso.
- Barbosa, Elizabete (2001) “Interactividade: A grande promessa do Jornalismo Online”, Universidade do Minho, acedido através de www.bocc.ubi.pt
- Bastos, Hélder (2000), *Jornalismo electrónico. Internet e reconfiguração de práticas nas redacções*. Coimbra: Minerva.
- Calvo, Pinar Agudiez (1999), “Editorialización e frivolidad del discurso periodístico” in AAVV, *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional-Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia, 1999.
- Champagne, Patrick (2000) “Os media, as sondagens de opinião e a democracia”, in AAVV, *Os cidadãos e a sociedade de informação*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Esterowikz, Anthony e tal (2000), “Jornalismo público e conhecimento público” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Cosmos.
- Habermas, Jürgen (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press.
- Misgeld, Dieter (1987), *Education and cultural invasion: Critical social theory, education as instruction and the “pedagogy of oppressed”*, Cambridge, MIT Press.
- Lazarsfeld, P. F., & Merton, R. K. (1987). “Comunicação de massa, gosto popular e acção social organizada” in Cohn, Gabriel (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, T.A. Queiroz.
- Morató, Javier Rey (1996), *Democracia y posmodernidad*, Madrid, Editorial Complutense.
- Moura, Catarina (2002), “O Jornalismo na era slashdot”, Universidade da Beira Interior, texto acedido através de www.bocc.ubi.pt
- Moretzsohn, Sylvia (2000), “A velocidade como fetiche – o discurso jornalístico na era do tempo real’ ”, Universidade Federal Fluminense, Tese de Mestrado.
- Rheingold, H. (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electro-*

nic Frontier. Reading, MA: Addison-Wesley.

Vattimo, Gianni (1996), *La sociedad transparente*, Barcelona, Paídos.